

POR uma ÉTICA Da SUBVERSÃO*

Pedro Eiras
Universidade do Porto

RESUMO:

Este ensaio pretende reflectir a partir de uma frase de Walter Benjamin, em 1936: "O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio". Interroga as relações entre narrativa e ética, a justiça, a perversão, e a subversão. Ou entre a certeza do contador de histórias e a dúvida do justo, figura em devir.

ABSTRACT:

This essay intends to reflect on a sentence from Walter Benjamin, dated 1936: "The storyteller is the figure in which the righteous man encounters himself". It interrogates the relations between narrative, ethics, justice, perversion, and subversion. Or it interrogates the relation between the certainty of the storyteller and the doubt of the righteous man, figure in transit.

PALAVRAS-CHAVE:

subversão, perversão,
narrativa, ética,
o contador de histórias,
Walter Benjamin

>>

KEY WORDS:

subversion, perversion,
narrative, ethics,
storyteller, Walter
Benjamin

Intróito

§ Em jeito de intróito, e pedindo desculpa, começo por dizer que, num Colóquio com o título *Artes da Perversão*, não vou realmente falar de perversão. E não porque não quisesse, mas porque esse tema, entre a invenção precoce do título "Por uma ética da perversão" e a escrita do ensaio, se foi transfor-

mando muito para lá do que eu podia prever. Como Lord Chandos, segundo Hofmannsthal, também eu senti que os conceitos – perversão, justiça, ética, narrativa – se iam tornando intratáveis ou até indizíveis. Isto acontece de cada vez que contemplo muito tempo o olhar de medusa de um conceito; e ninguém pode saber quando deve deixar de fixar um conceito e simplesmente usá-lo.

196>197

§ Não falarei de perversão, mas estou já a falar, em jeito de intróito, daquilo que me traz aqui: o frágil elo entre ética e narrativa, entre perversão, subversão e ensaio.

O não-falar não é uma verdadeira aporia. Mesmo Lord Chandos, para dizer que é incapaz de escrever, escreve uma carta. Ainda assim, confesso que atravessei o pânico, conforme os conceitos se transformavam, as palavras perdiam o sentido, a escrita gerava apenas fragmentos contraditórios, e o próprio título, entre várias versões, se ia quase transformando, do original: “Por uma ética da perversão”, em: “Como o ensaio engana o próprio ensaísta”.

§ Se, apesar disso, estou aqui, é porque aceitei que os conceitos se transformassem, que a escrita do ensaio revertesse contra o título, que o ensaio não seja forçosamente o desdobrar de uma verdade mas a experiência de versões e tentativas a várias vozes. O ensaio não é a exposição de um saber já dominado, mas o desdomínio de quem procura e encontra o que não sabia. Afinal, comecei a planear um texto sobre perversão, mas penso que escrevi um ensaio sobre subversão. E terminei o meu texto acrescentando esta primeira página, em jeito de intróito, mas que é já parte do próprio ensaio, por esta ordem desordenada, a última página como primeira, e alterando o próprio título, que só agora, *in medias res*, digo corrigido, assim:

Por uma ética da subversão

E agora posso finalmente começar.

§ Em 1936, Walter Benjamin termina o seu ensaio sobre o contador de histórias com esta frase: "O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio".

§ Como sempre, a exactidão cristalina de Benjamin fica a ecoar muito tempo. Gostaria de interrogar esta frase notável, a sua intensa velocidade, o seu grau de resolução, uma vontade de sobriedade que descreve o próprio Benjamin, autor de ensaios, mas também de pequenos contos, apontamentos, aforismos. Como se Benjamin fosse também contador de histórias, como se esta frase apontasse para a sua própria vontade de preservar o segredo de uma sagesa em tempos de indigência.

>>

§ Interrogo a frase "O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio". Frase estranha, elíptica, críptica, que une, a grande velocidade, o fazer da narrativa e a avaliação da justiça. Ora, que ligações existem, podem existir entre narrativa e ética? Uma primeira audição de Benjamin deve dissociar os dois gestos e estranhar a economia da frase. Nada deve garantir, sem dúvida e sem perigo, que contador e justo sejam sinónimos. Pelo contrário, é preciso começar por ouvir, com ouvidos agrestes, a diferença das palavras. E esta audição é já uma narrativa, e é já uma ética.

§ Benjamin não procura uma arte desinteressada, kantiana. O contador de histórias tem um interesse, conhece e transmite a experiência, sugerindo aos ouvintes caminhos até aí inadivinhados. Nesse sentido, ele tem um interesse, função. Mais: ele é *inter-esse*, *estar entre*, a sua função é ser ligação entre perguntas de hoje e respostas de ontem, numa peculiar inversão da cronologia. Ele esgota-se nessa serventia, e deixa de servir se não houver ouvintes com necessidade de histórias, ou de memória.

§ Benjamin não escreve simplesmente que o contador é o justo, na equação simples de um verbo copulativo. Nada é estático nesta frase que repito, repetirei muito: “O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio”.

Na aparente horizontalidade da frase, há um fazer. Há o contador, a forma, o justo, e o “si próprio”. Que não são forçosamente quatro maneiras tautológicas de dizer a mesma coisa. Há também o verbo “encontrar-se”. Quando Benjamin diz que o justo se encontra a si próprio na forma do contador, devo entender que o justo não existia antes de contar, e suspeito já que encontrar-se a si próprio é, mais do que reconhecer-se, estranhar-se. A frase não progride, então, numa equivalência que se explica, mas na formação do contador, que não se conhece e que se inventa. Do mesmo modo que Marcel nasce porque escreve *A Procura do Tempo Perdido*, e só ganha o seu nome quando o assina.

§ Que quer então dizer Benjamin? Saberemos ler esta frase no fim do ensaio de 1936, lugar de sùmula e fecho – ou apenas relançamento de uma pergunta? Na verdade, não sabemos se esse ensaio também é uma história dita por um narrador. Não sabemos se o ensaio ensaia, experimenta, ou afirma; não sabemos se a sua última frase é uma tese ou uma dúvida. Simplesmente porque não sabemos o que é um ensaio, nem como deve ser lido.

§ Quando Benjamin diz “O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio”, estamos perante uma descrição de um estado de coisas actual ou uma utopia por realizar? Um constativo ou um performativo?

Mais cedo no mesmo texto, Benjamin enfatiza que o contador está a morrer, enquanto o romancista prospera: contra a experiência transmitida entre ouvintes, reina em 1936 a mera vivência relatada por jornais e romances a leitores solitários. Mas se o contador está a morrer, como funciona o presente do verbo em “O contador é a forma na qual...”? Na verdade, o contador *foi*; porventura, o contador *será*. Mas Benjamin sabe que já não é e ainda não é verdade.

Ou será que só se tornou verdade *precisamente porque* se tornou tão improvável? Não será só nos tempos de indigência que o contador de histórias se revela necessário? Mesmo a aura da obra de arte talvez só comece a existir no instante em que a obra é tecnicamente reprodutível: só quando a aura se perde, ela começa a acontecer, *outrora agora*. Talvez o justo enquanto contador de histórias só possa existir ao preço da sua não-existência. E este limiar entre presença e ausência do justo talvez seja outro nome para o messianismo.

§ Talvez nunca tenha havido o contador de histórias. Talvez não haja em 1936, como diagnostica Benjamin, ou em 2010. Por isso, 1936 e 2010 são momentos em que o contador é recordável ou esperável. O passado e o futuro inventados na porta estreita do instante.

>>

§ O justo inventa-se pela narrativa. Não sei se é isto que Benjamin quer dizer. Receio estar a afastar-me progressivamente do ensaio sobre o contador de histórias.

Não sei se o justo se ajusta com justeza a si próprio. Talvez a sua justiça dependa de um desajuste que o desloca para fora de si. Se há *inter-esse*, justo só pode ser o que está em torno desse entre: o justo encontra-se, mas ao perder-se naqueles que o ouvem.

§ Portanto, não sei ao certo se o justo se encontra e não sei se ele se encontra numa forma, mas antes: na transitoriedade, no êxodo, no exílio, na perigosa reinvenção de si. Lugar de ruínas. Mas arrisco agora dizer assim: o justo é aquele está em ruínas, cuja narrativa desmoronou.

A ser assim, o justo não se pode reconhecer a si mesmo.

§ Se "o contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio", fica também por dizer se é possível ser justo fora da narrativa. Muitas vezes a vítima não tem narrativa. Precisa-

mente, a possibilidade de uma narrativa é a primeira coisa que lhe é retirada, para que ela não se possa reinventar. O silêncio depois de Auschwitz. O intestemunhável como condição do testemunho, conforme Giorgio Agamben o entende.

Mas como testemunhar sem narrativa?

§ Decerto já não sei sequer o que é uma narrativa. Para sabê-lo, era precisa uma narrativa que definisse as narrativas, e a si mesma. Um sistema tautológico, em que o justo se encontrasse e confirmasse a si mesmo. Um sistema que funcionaria por exclusão, definindo o que não é narrativa.

200>201

Prefiro pensar que a narrativa é indefinível. Sobretudo se dela depender a justiça do justo. Isto é: onde o justo se encontrar a si próprio, *isso* é uma narrativa? Então narrativa poderia ser um gaguejo, uma dúvida, um aforismo obscuro, um suspiro, um olhar. Mas até esse quase nada é demasiado sólido. Na verdade, Kafka é narrativa? E Clarice? E Brodsky? E Sebald? E Easton Ellis?

§ Como reconhecer uma narrativa, se ela não se definir por uma teoria de gêneros, não por características formais, mas por uma vivência ética?

§ Podemos até supor, temerariamente, uma inversão da frase de Benjamin, algo como: "o contador é a forma na qual o justo *não* se encontra a si próprio", o contador é a forma na qual o justo se perde, ou na qual o justo se encontra como injusto. No sentido benjaminiano, pode haver narrativas injustas? Não basta chamar-lhes "romance": Benjamin sabe que o romance nem sequer chega a criar a imoralidade, mas um simples, neutro e mortífero desinteresse, ou *des-inter-esse*, a perda da comunidade.

§ Problema maior: Benjamin descreve o contador a partir da experiência acumulada, disponível, aplicável aqui e agora; mas podemos dizer outro tanto de Sade, mesmo quando Sade escreve na solidão do cárcere. Sade tem consciência de escrever

para a humanidade, esse conceito iluminista, depois romântico, e emergente em novas formas políticas. Nos intervalos de utopias concentracionárias aristocráticas (castelos de Silling), Sade considera-se porta-voz de uma humanidade sem fronteiras. Claro que não se encontra, como o contador ideal de Benjamin, na presença física dos seus ouvintes – *et pour cause...* Ainda assim, não lhe falta a convicção do contador, a consciência pragmática de soluções absolutas.

Que esses manuais práticos sejam perversos nada altera à estrutura de um saber que se capitaliza e aplica. A perversão é tão afirmativa quando o *modus faciendi* legitimado na sociedade. Sade é tão didático quando o contador de Benjamin. Mesmo a retórica dos contos populares, aliás, onde falham um ou dois anti-heróis (maus) para que um herói (bom) acerte na resposta, é glosada por Sade na dupla história de Justine e de Juliette. A única diferença é que Justine é boa, mas falha, enquanto Juliette é má, mas acerta. E contudo, por estranho que pareça, esta inversão não muda o elo profundo entre narrativa e ética. É apenas uma nova glosa.

>>

§ Resistência compacta dos romances de Sade, esses contos morais exaustivos: eles nunca hesitam. Justine não hesita no bem como Juliette não hesita no mal; ou, se Juliette hesita uma vez, para cabal demonstração lógica de todas as hipóteses, pagará caro. O romance propõe modelos de acção rigidamente coerentes.

Assim, o contador pode também ser a forma na qual o injusto se encontra a si próprio. Versão e perversão, ambas são encontros narrativos de formas fixas.

§ A fixidez das personagens de Sade não é forçosamente rica. Será espectacular, claro, mas monótona. Cada libertino protege a sua perversão pessoal como monomania. Nesse sentido, a perversão pode ser tão monótona quanto o mais estrito puritanismo.

§ Devo lembrar que gizo aqui uma leitura artificialmente ingênua de Sade como máquina perversa monolítica. Isto é, como a sociedade decidiu rotulá-lo. Mas esse modelo interessa-me precisamente enquanto modelo – talvez até menos de Sade do que do sadismo. Quanto ao lugar complexo onde a simples perversão sadiana se transfigura no mais indecível dos jogos de antíteses, entre afirmações morais e imorais, isso – terá de ficar para outro ensaio...

Pois não é seguro que Sade sirva aqui como simples voz perversa. De resto, os modelos sadianos de conduta imoral fornecem mesmo uma ética aplicável? Algures, Jean Paulhan fala de uma jovem que entrou num convento por ter lido Sade (que essa jovem tenha alguma vez existido, ou não, é pormenor sem importância). O texto perverso pode levar a consequências morais; tal como o mais moral dos textos pode conduzir ao crime.

§ Benjamin lembra, com rigor, que o contador de histórias aconselha. Não ordena. O ouvinte pode não acatar o conselho; pode segui-lo, negá-lo, até ignorá-lo; e qualquer destas respostas está prevista na liberdade do próprio conselho. O conselho admite, precisamente, que pode não ser seguido.

A narrativa justa inclui em si a possibilidade da sua rescisão.

§ Mas então, o que cria o contador justo já não é a sua experiência, a sua certeza, a transmissão límpida de um saber – mas sim a experiência, a hipótese, o risco. Talvez ele seja tanto melhor contador quanto mais dominar a retórica da narrativa; mas doravante só o posso compreender como justo enquanto ele *não* dominar a lógica da sua verdade.

§ Na verdade, prefiro pensar que todas as narrativas falham eticamente. Pensar que não há, nunca houve uma idade do ouro da narrativa em que o contador ou o justo disseminasse a sua experiência pura entre puros ouvintes. Mesmo o conto popular tradicional, com os seus concertos e desconcertos do

mundo, com a sua iniciação cifrada, é também humano, demasiado humano. Também o conto popular segrega e discrimina, normaliza e exclui, cede à vingança e ao ressentimento. Outra frase de Benjamin, nas teses sobre a filosofia da História, deve ser levada à letra: todo o monumento da cultura é um documento de barbárie. Assim, nunca houve o simples contador, a simples narrativa ética, o simples justo. Também não há o simples romance de leitura silenciosa como forma injusta.

§ Como reconhecer uma narrativa justa senão por outra narrativa? Como assegurar a justiça dessa outra narrativa, senão por uma terceira narrativa? Encontramo-nos em plena ordem do discurso, foucaldiana; talvez essa ordem já seja uma violência e mesmo uma injustiça, porque os discursos são-nos conferidos e negados numa distribuição que só parcamente podemos questionar. O próprio questionamento é apenas mais um discurso conferido sob regras vigilantes.

>>

Se não há cultura sem barbárie, que pode fazer o justo à sua própria narrativa? Como pode assegurar-se da sua justiça, ele, que se encontra perigosamente dentro dela? O justo teria de abandonar a sua própria época, cindir a sua actualidade, ser não-contemporâneo de si mesmo, perder a sua língua. Para preservar a justiça, o contador deve perder a sua narrativa.

Não podemos realizar esse salto transcendental. Dentro da densidade do tempo, o contador só pode ouvir, contra a sua narrativa, as contra-narrativas de quem o ouve. Porque o puro silêncio não nos é concedido, o contador de narrativas só pode deixar-se tomar pela língua alheia e estranha. Nenhuma pura justiça que se apresenta a si própria, nenhuma experiência a transmitir, só o risco de uma dissolução. O justo é aquele que nunca sabe, que treme sempre.

§ Talvez a própria justiça seja inapreensível. Talvez não seja possível escrever um ensaio sobre a justiça ou o contador de histórias.

§ Não se pode transcender simplesmente a ordem do discurso. Mas pode-se reverter discursos contra a identidade dos discursos. Desafiar a identidade do contador. Num ensaio, enfrentar a frase, que é também um ensaio, “O contador é a forma na qual o justo se encontra a si próprio”.

§ Na verdade, já não sei bem se o contador conta seja o que for. O que contam Cervantes, Kleist, Dostoievski, Virginia Woolf, Celine? Merecem o nome de contadores? Encontro neles menos a partilha de uma experiência do que a glossolalia sem centro e sem transcendente. O contador cede lugar às vozes dissonantes.

204>205

Modelo dialógico da narrativa, afirma Bakhtine. E talvez de toda a linguagem, incluindo até a linguagem do meu ensaio. Na verdade, o dialogismo nem sequer é uma escolha: toda a voz é cindida, porque *eu é um outro*. Nem isso: *eu não sou eu nem sou o outro...*

Neste jogo entre Benjamin e Bakhtine, é preciso pensar que a dissonância talvez seja mais ética do que o concerto das vozes ou o recitativo do solista. O solista pode ser moralista ou perverso, não importa. Procuro o justo naquele que duvida de si, naquele que ouve e diz em diversas línguas, naquele que não tem terra nem identidade.

§ A narrativa justa, hoje, sempre, desafia a própria justiça. Porque “justiça” não deve ser imperativo categórico: é injusto confiar, como Creonte, na certeza da justiça. Só é justa a narrativa que, na sua borda, admite a sua dúvida. O contador deve inventar a justiça de raiz, não ordenada pelos céus de uma lei ou divindade, não ordenada pelo abismo insondável de uma subjectividade, mas pedida pela exterioridade do outro que reivindica outra lei. A narrativa justa – oral ou escrita, no diálogo da comunidade ou no silêncio do leitor – apenas pode responder por uma ética da reinvenção absoluta do mundo, na releitura de todos os monumentos e documentos, a narrativa justa só pode responder por uma ética da subversão. <<

NOTA

* Este ensaio foi elaborado no âmbito do Projecto "Interidentidades" do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Unidade I&D financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, integrada no Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI 2010), do Quadro Comunitário de Apoio III (POCI 2010-SFA-18-500).

BIBLIOGRAFIA



>>

Agamben, Giorgio (2003), *Ce qui Reste d'Auschwitz*, trad. Pierre Alferi, Paris, Payot & Rivages [1998].

Bakhtine, Mikhaïl (1998), *La Poétique de Dostoïevski*, trad. Isabelle Kolitcheff, Paris, Seuil [1929].

Benjamin, Walter (1992a), "O narrador", in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, trad. Maria Amélia Cruz, Lisboa, Relógio d'Água [1936].

-- (1992b), "Teses sobre a filosofia da História", *ibidem*, trad. Manuel Alberto [1940].

-- (2000), "Le conteur", in *Œuvres*, tomo III, trad. Pierre Rusch, Paris, Gallimard [1936].

Kant, Immanuel (1998), *Crítica da Faculdade do Juízo*, trad. António Marques e Valério Rohden, Lisboa, INCM [1790].

Hofmannsthal, Hugo von (1990), *A Carta de Lord Chandos*, trad. Carlos Leite, Lisboa, Hiena [1902].

Paulhan, Jean (1992), "O depoimento de Jean Paulhan em 15 de Dezembro de 1956, na 17ª Câmara Correccional de Paris", in *O Marquês de Sade e a sua Cúmplice*, trad. Alberto Nunes Sampaio, Lisboa, Hiena [1956].

Sade, Donatien Alphonse François, Marquês de (2007), *História de Juliette ou As prosperidades do vício*, trad. Rui Santana Brito, Lisboa, Guerra & Paz [1797].